

22.274-9-140-4

ACADEMIA MILITAR

D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ
(1769 - 1827)

**PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA
ACADEMIA MILITAR NO ANO LECTIVO DE
1993 / 1994**

Trabalho colligido pelo Capitão de Artilharia
João Jorge Botelho Vieira Borges

LISBOA - 1993

INDÍCE

1.Agradecimentos.....	Pg 7
2.Prólogo.....	Pg11
3.Introdução.....	Pg13
4.A sua época.....	Pg15
5.D. Miguel Pereira Forjaz- Do Distinto Militar ao Homem de Estado.....	Pg21
6.Conclusões.....	Pg31
7.Bibliografia.....	Pg33

LAGRADECIMENTOS

-Ao Arquivo Histórico Militar, na pessoa do seu Director Int^o, Ten Cor Art^o Aniceto Henrique Afonso, pelo apoio bibliográfico e disponibilidade...

-À Dr^a Fernanda Nogueira, da Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa, pelo abrir de caminhos para a busca bibliográfica...

-Ao General Themudo Barata, pelo incentivo e saber...

-À Biblioteca da Academia Militar, pelo apoio na busca bibliográfica, em especial o Sr César da Conceição Lopes...

-À Dr^a Isabel Costa, da Biblioteca de Ponte de Lima, pelo trabalho na procura de documentos decisivos...

-Ao Cor Art^o José Faia P. Correia, por me ter dado esta honra e, especialmente pelo incentivo que concede aos mais novos para que investiguem e divulguem...

-Pelo incentivo e apoio na revisão, ao Cor Art^o Humberto Carapeta, Ten Cor Art^o Vitor Lourenço e Ten Cor Eng^o Rosas Leitão...

-Antecipado..."Aos historiadores que vierem a construir uma biografia de D. Miguel Pereira Forjaz e que sem dúvida contribuirão para o engrandecimento da nossa História..."

... PUY CERDÁ...D. Miguel Pereira Forjaz, ferido por uma bala de espingarda, continuou indicando com a espada a direcção do inimigo e bradando aos portugueses:

"Avante! Lembremo-nos do nome Português! A eles, soldados! e sem Quartel"

Chaby, Claudio de , Excerptos Históricos e Coleção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801 e do Rossillon e da Catalunha, Vol VII, Pg156;

Martins, General Ferreira, História do Exército Português, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945, Pg 202.

2. PRÓLOGO

A Academia Militar é, em todas as Nações, reserva de Tradição, de História, de Valores e duma Estética Militar cujo carisma emociona os cidadãos e marca profundamente os Cadetes.

Portugal tem na sua AM o orgulho natural duma Nação secularmente sábia, na defesa da sua liberdade e independência e na formação intelectual das gerações portuguesas.

O Ex^o General Alexandre Correia Leal, ilustre Comandante da Escola do Exército, propôs no ano de 1953, ao douto Conselho Escolar, que fosse adoptado para cada curso de entrada um Patrono, figura simbólica e expressiva da nossa História, que servisse de guia e de rumo aos alunos desse curso. A ideia mereceu a mais calorosa aprovação tendo sido escolhido como Patrono do curso de entrada de 1953, "VIRIATO, Capitão da Lusitânia", e sido elaborado um folheto alusivo pelo então Ten Cor Alfredo Pereira da Conceição.

Desde então e durante os ultimos 40 anos , vários foram os Patronos dos diversos cursos, como D Pedro I, D Duarte, D Cristovão da Gama, António da Silveira e outros, todos eles "Primeiros entre os Primeiros" que serviram de modelo espiritual, pelas suas virtudes e qualidades aos diversos cursos de entrada.

Cadete do curso de entrada na AM de 1993/1994!

Esperamos que a descrição que de seguida vais lêr, entre profundamente no teu espírito, faça vibrar a tua emoção, fortalecer os teus sentimentos e florescer a tua vocação militar, com o exemplo dado sem tréguas por D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ.

E, se assim fôr, o século XXI, poderá ver-te nos mais altos cargos da Nação, capaz de repetir os mesmos lances de heroísmo, decisão e capacidade organizativa, demonstrados pelo teu Patrono e que contribuíram para fazer a grandeza deste país.

De D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ, pouco se sabia e pouco continuaremos a saber, apesar da grandeza da sua obra como militar e homem de estado.

Este trabalho, inicialmente de compilação mas transformado pela inexistência de qualquer estudo anterior, em trabalho de investigação, encheu-nos de honra e satisfação (pela descoberta de novas verdades!) e contou com o apoio de várias entidades/personalidades (vidé agradecimentos), que, em parte, compensaram as limitações de tempo e de "conhecimento" do autor. Esperamos que se torne na "Semente" que algum de vós ou qualquer outro historiador, fará germinar, no sentido de dar continuidade ao estudo de tão ilustre figura da nossa História, a bem da verdade histórica, a bem de PORTUGAL.

3. INTRODUÇÃO

D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Rezende, nasceu na casa de campo de Freiria, na freguesia de St' Marinha de Arcozelo (Ponte de Lima) no primeiro dia de Novembro de 1769 (19). Filho de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Rezende, Coronel de Cavalaria que foi Governador e Capitão-General da ilha da Madeira, e de sua mulher, a Excelentíssima D. Luiza Tereza Antónia da Câmara e Menezes, veio a falecer em Lisboa, no dia 6 de Novembro de 1827, com 58 anos de idade e uma grande obra realizada.

De ascendência fidalga, seguiu naturalmente a carreira das armas, tendo assentado praça no Regimento de Infantaria N.º 16 a 1 de Novembro de 1785 (com 16 anos).

Tomou parte nas campanhas do Rossilhão e da Catalunha, com o posto de Major, onde se comportou com bravura e mostrou as suas qualidades de chefe militar ponderado e organizado.

Foi um dos escolhidos pelo Rei, para o Conselho de Regência, a quem ficou entregue o governo do país quando, perante a invasão de Junot, a corte se retirou para o Brasil, não pactuando com o inimigo durante as invasões francesas, bem pelo contrário, empenhando-se conjuntamente com o General Bernardim Freire de Andrade, na organização da resistência a partir da cidade do Porto.

O "cérebro" da reorganização do Exército Português, como foi denominado por alguns autores, veio mais tarde a ser o primeiro colaborador do Marechal Beresford, tendo desempenhado vários cargos políticos desde o de Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar a Ministro dos Negócios Estrangeiros, descontinuamente e entre os anos de 1807 e 1820. Neste período demonstrou todas as suas qualidades de liderança, de trabalho e de organização, tendo-se imposto naturalmente como um dos poderes efectivos no governo do Reino.

O título de "Conde da Feira" veio a ser-lhe concedido por decreto do Rei D. João VI (que muito o estimava), datado de

13 Mai 1820, fechando desse modo um processo jurídico em que a sua família estivera envolvida.

Alastou-se de toda a actividade depois de 1820, vindo a ser nomeado "Par do Reino", aquando da outorga da Carta Constitucional em 1826.

D. Miguel surge-nos assim como um militar exemplar e um patriota incorruptível, que arduamente trabalhou na reconstrução do exército português.

A apresentação de tão ilustre figura da nossa história obriga a que se enquadre a sua vida, na descrição resumida do contêxto histórico em que viveu, pois só deste modo se consegue perceber melhor a sua obra.

4. A SUA ÉPOCA

D. José morreu em 1777 e sucedeu-lhe no trono a filha, D. Maria I, que estava casada com o infante D. Pedro, tio dela porque irmão de D. José. O casal, que vivera sempre afastado da política e, sabia-se, não era simpatizante do Marquês de Pombal, viu desenvolver-se uma situação de clamor e confusão, menos radical do que os inimigos de Pombal pretendiam, denominado a "viradeira", que culminou com o afastamento do Marquês da corte e a fixação da sua residência em Pombal.

A orientação do governo modificou-se. As companhias que monopolizavam o comércio do Brasil foram extintas e em 1780 foi declarada a liberdade de comércio de todos os mercadores.

Apesar do dirigismo económico pombalino ter sido abandonado, a situação internacional, agravada pela guerra da independência da América (1776-1786), desencadeando a rivalidade marítima anglo-francesa, desarticulou o sistema de comércio inglês no Atlântico, favorecendo a nossa situação económica e permitindo aos nossos mercadores tirarem daí os maiores proveitos.

A exportação de vinho aumentou muito e durante alguns anos, e pela primeira vez na história das nossas relações comerciais com os ingleses, o saldo da balança comercial foi-nos positivo.

A relativa estabilidade política que se verificou até ao fim do século e a abundância de dinheiro, tornaram possíveis muitas iniciativas culturais do Estado e dos particulares, como a criação da Real Academia das Ciências em 1779, da Casa Pia em 1780 e da Academia Real de Fortificação e Desenho, antecessora da nossa Academia, em 1790. Também os monumentos então construídos são o espelho duma época aristocrática, devota e abastada, salientando-se: a conclusão do Palácio de Queluz, o início da construção do Palácio da Ajuda (as invasões francesas e a revolução liberal não permitiriam a sua conclusão), a construção da

Basilica da Estrela, do Teatro S. Carlos, da Igreja do Bom Jesus em Braga, entre outros.

Em 1789, tinha então D. Miguel Forjaz 20 anos, deu-se a Revolução Francesa. Armadas, as cortes da Europa viam nas jornadas revolucionárias uma ameaça para a ordem pública e social vigente.

A primeira atitude do Poder Político foi a de combater a revolução. Assim, em 1794, um Corpo de Exército Português desembarcou na Catalunha e, unido a poucas tropas espanholas, iniciou a guerra dos Pirinéus Franceses (Campanha do Rossilhão onde se destacou D. Miguel Forjaz).

A guerra não nos foi favorável, pois a Espanha, sem o nosso conhecimento, assinou a paz com a França, continuando Portugal em estado de guerra. A opinião pública no país estava dividida entre a morte por asfixia ou por invasão. Aparecem então os partidos ideologicamente antagónicos: por um lado, os pró franceses que esperavam a vinda das tropas francesas para libertar Portugal da opressão, em troca da revolução liberal ; pelo outro, os sectores mais arreigados à tradição, saudosos da monarquia do tempo de D. José, para quem os franceses eram para além de inimigos, jacobinos e ateus.

A rainha enlouqueceu por esta altura. O seu filho, o infante D. João (mais tarde D. JoãoVI), assumiu o Regência do Reino, singrando com dificuldades entre as tendências opostas, ambas com fortes representantes na corte. Os adversários da França e das ideias novas não confiavam em D. João, tendo-se agrupado em torno de D. Carlota Joaquina, Infanta de Espanha, com quem era casado e que chegou a planejar um golpe de estado para o depôr.

Devido aos interesses e influência dos comerciantes e de muitos nobres a acção diplomática portuguesa entre 1795 e 1807 foi uma dramática luta pela paz, que estávamos dispostos a pagar por qualquer preço. Chegou-se a comprar a paz pelo pagamento à França de um imposto de dezasseis milhões de cruzados por ano, quantia enorme para a época e que revela a abundância de dinheiro em Portugal. A tese

portuguesa de que a neutralidade se estendia à não beligerância implicava também o cumprimento dos deveres impostos pela velha aliança inglesa.

Em 1801, um ultimato obrigou-nos a escolher definitivamente entre a Inglaterra e a França. Não escolhemos e continuámos a tentar negociar tendo o exército espanhol invadido o nosso país. Foi a denominada «guerra das laranjas», curta, mas que nos saiu cara: uma indemnização aos franceses de vinte e cinco milhões de francos e entrega de algumas terras ao norte do Brasil; entrega à Espanha da cidade de Olivença e seu território, e obrigação de fechar os portos aos navios ingleses. Esta última obrigação nunca se cumpriu tendo continuado a luta diplomática.

Em 1806, Napoleão, que acabava de derrotar a Prússia, grande potência militar, e dominava sem contestação toda a Europa continental, resolveu pôr termo à resistência inglesa, decretando o "Bloqueio Continental" (encerramento dos portos europeus à navegação inglesa).

No fim do ano de 1807, um exército francês, comandado pelo General Junot, entrou em Portugal. O príncipe regente, a rainha e toda a família real, embarcaram nos navios que estavam concentrados no Tejo e foram instalarse para o Brasil, de acordo com combinação prévia com os Ingleses. Acompanharam-nos muitos nobres, comerciantes ricos, quadros superiores da administração e toda a criadagem do reino, num total de cerca de dez mil pessoas.

Antes de partir o príncipe regente recomendara que o exército francês fosse recebido em boa paz. Junot entrou em Portugal, como se de um país aliado se tratasse, sem encontrar qualquer resistência mas, de imediato, retirou todos os poderes à regência, passando pelas suas atitudes a assumir-se como um verdadeiro exército de ocupação.

Em poucos meses a Espanha passou de incondicional aliada da França a inimiga implacável de Napoleão, reagindo contra a ocupação militar francesa e a «traição de Baiona». No Porto, organizou D. Miguel Forjaz o novo exército e foram criadas várias juntas provisionais que tiveram papel

decisivo, juntamente com o apoio inglês na Roliça e no Vimieiro, na assinatura do armistício em Sintra (a 30 de Agosto e sem a presença de qualquer representante português!).

De seguida, e apesar dos acordos contemplarem a não perseguição políticas, o patriotismo confundiu-se facilmente com antiliberalismo, desencadeando perseguições, por vezes fatais e criando alguma instabilidade.

A segunda invasão deu-se pela fronteira transmontana, sob o comando de Soult, depois deste ter tentado, em vão, atravessar o Rio Minho. Pelo Gerês conseguiu avançar até ao Porto, apesar da aguerrida oposição das populações e das tropas portuguesas. Soult não tardou a ser desalojado pelo exército inglês, que já enquadrava fortes contingentes portugueses que se destacaram na defesa de Amarante.

A terceira invasão deu-se em 1810, comandada pelo Marechal Massena. Entrou pela Beira, submeteu a fortaleza de Almeida e avançou sobre Lisboa. O Exército Anglo-Luso tentou deter o seu avanço na Batalha do Buçaco mas apesar de vencidos os franceses só haveriam de esbarrar nas linhas de Torres Vedras (sistema de fortificações ao qual não era estranho D. Miguel Forjaz). Sem forças para ultrapassar o obstáculo, Massena retirou em Abril de 1811, perseguido pelo exército aliado.

Esta guerra violenta, durou sete anos e teve efeitos devastadores: os campos ficaram sem homens válidos; as cidades mais ricas foram as que mais sofreram; ao confisco juntou-se o vandalismo e o saque; o número de mortos foi superior a cem mil.

Com a mudança dos órgãos da administração central para o Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se efectivamente na capital portuguesa, sendo suprimidas , ao longo dos anos, todas as antigas limitações e subordinações à metrópole. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino mas com a progressiva independência económica acentuava-se a tendência para a separação política.

Na metrópole, o governo estava confiado a uma junta de governadores (da qual fazia parte D. Miguel Forjaz),

dependente das instruções recebidas do Rio de Janeiro. A verdadeira força estava nas mãos do exército e dos oficiais ingleses. Terminada a guerra, os Ingleses mantinham o país em estado de mobilização e conservavam nas fileiras perto de cem mil homens, o que absorvia cerca de 75% das receitas públicas.

As invasões francesas foram o primeiro episódio das lutas entre o absolutismo e o liberalismo no nosso país.

As relações entre o poder civil e o militar eram más, e dentro do exército eram também más as relações entre os oficiais portugueses e ingleses. Em 1817, o comandante inglês, Beresford, foi informado da existência de uma conspiração entre oficiais portugueses (segundo alguns autores construída pelo próprio Beresford para afastar os mais incômodos!), tendo dado conhecimento do facto ao governo (do qual era "Senhor" D. Miguel Forjaz) que reprimiu a tentativa com uma severidade que não era habitual: os implicados foram enforcados, entre eles o General Gomes Freire de Andrade, figura de muito prestígio entre os meios militares e simpatizante das ideias novas, para além de primo-irmão de D. Miguel Forjaz.

A situação portuguesa, que, em 1820, era de crise em todos os planos da vida nacional, permitiu o aparecimento da revolução, cuja iniciativa partiu de um pequeno grupo de burgueses portuenses, politicamente doutrinados, cuja figura central era Fernando Tomás. Em 24 de Agosto de 1820, um regimento de Artilharia saiu do seu quartel, na Serra do Pilar, ouviu missa campal debaixo de formatura e, com uma salva de vinte e um tiros, anunciou que estava feita a revolução. Terminava também aqui a carreira política de D. Miguel Forjaz.

A revolução não encontrou qualquer resistência e despertou um enorme entusiasmo, tanto em Portugal como no Brasil, aqui por outras razões. eclodiram revoltas liberais em diversas cidades do Brasil, tendo o príncipe herdeiro, D. Pedro, servido de interlocutor entre o rei, de volta a Portugal, e as tropas revoltosas.

Quando, em 1821, D. João VI embarcou no Rio de Janeiro para Portugal, o movimento separatista dominava todos os meios intelectuais e econômicos do Brasil e a marcha para a independência era já um movimento irreversível. Desembarcado em Lisboa, D. João VI comunicou às cortes que confiara ao príncipe herdeiro, D. Pedro, a regência do Brasil e este logo que recebeu as notícias de Lisboa sobre os decretos das constituintes, anunciou a ruptura definitiva com Portugal ("Independência ou morte", grito do Ipiranga a 7 de Setembro 1822).

Em Portugal, tal como em Espanha, os adversários do constitucionalismo estavam divididos em duas correntes: a moderada (D. João VI) e a radical (D. Carlota Joaquina).

Em 27 de Maio de 1823, o infante D. Miguel, contra-revolucionário, manejado por D. Carlota Joaquina, lançou em Vila Franca o prego da revolta, que marcou o fim do primeiro período constitucional e se ficou a conhecer por «Vila-Francada».

Passado um ano, nova revolta se deu, «a Abrilada», com D. Miguel à frente do exército. A revolução não resultou e este foi obrigado a retirar-se do país, mantendo-se a corrente moderada no poder.

Com a morte do Rei em 1826, novo problema dinástico surgiu, pois D. Pedro como primogénito era soberano dum país estrangeiro. Em Lisboa, a regência nomeada por D. João VI, pouco antes de morrer, considerou D. Pedro o Rei legítimo, tendo este optado por abdicar a coroa portuguesa na filha, Maria da Glória, (então com 7 anos) perante duas condições: que em Portugal fosse jurada uma nova constituição (a Carta Constitucional) e que D. Miguel casasse com a pequena rainha. Este plano começou a ser posto em execução, tendo D. Miguel celebrado os esponsais do casamento e jurado cumprir a constituição. Mas a solução não agradava às duas correntes e em 1828, recruta D. Miguel em Portugal entre aclamações e perseguições aos liberais. As cortes, convocadas segundo o antigo estilo da monarquia, declararam abolida a Constituição e reconheceram D. Miguel como rei legítimo...

5.D. MIGUEL PEREIRA FORJAZ- DO MILITAR
DISTINTO AO HOMEM DE ESTADO

D. Miguel Pereira Forjaz (D. Miguel P. F.), depois de ter assentado praça no Regimento de Infantaria N^o16 (Peniche), a 1 de Novembro de 1785, foi promovido ao posto de Alferes no Regimento de Infantaria N^o13, por decreto de 27Fev1787.

No início de 1790 servia como Alferes no estado-maior do Conde de Oyenhausen. Foi promovido a ajudante (Tenente) no mesmo Regimento, por decreto de 27Fev1790, tendo participado, em Setembro do mesmo ano, nas manobras de campo da Porealhota (hoje Amadora), sob o comando do Conde de Oyenhausen, que englobaram duas Brigadas de Infantaria, uma de Cavalaria e algumas peças de Campanha (8-pg196).

Graduado em Capitão, por decreto de 24Set1791 vem a ser promovido a Capitão de granadeiros por decreto de 22Jun1793. A 1Set1793, e antes da sua partida para os Pirineus Franceses, é graduado em Major (Sargento-Mor).

A 20 de Setembro do mesmo ano saiu da barra a expedição portuguesa, transportada por 14 navios, num total de 5000 homens da Divisão portuguesa, a 3 Brigadas de Infantaria e uma de Artilharia, sob o comando do Ten Gen Graduado João Forbes Skellater. No estado-maior e como ajudante às ordens do Ten Gen Forbes ia D. Miguel P.F. que desde logo (18Out1793) se destacou "*pelos seus serviços em dedicação pelo bem estar dos soldados e pela boa ordem da marcha*" (5-pg121). A frota só a 9Nov chegou ao porto de Rosas na Catalunha, onde a Divisão portuguesa desembarcou em mísero estado devido ao mau tempo.

Reconstituído na Catalunha, o exército aliado tomou novas posições, para cobrir a praça de Figueras e a respectiva planície. Na ofensiva sobre La Muga, uma súbita e injustificada retirada das forças espanholas, foi coberta pelos regimentos de Olivença e de Freire, o que mereceu da parte do D. Francisco Solano (Comandante Geral das Forças Aliadas) rasgados elogios, nos quais se incluiu

referência elogiosa aos ajudantes de ordens de Forbes (Nuno Freire de Andrade e D. Miguel P. F.) "*...pela forma como protegeram magnificamente a minha retirada, prestando-se a ajudar-me com a maior das cordialidades*"(8-pg201).

D. Miguel P. F. é promovido a Major do Regimento de Infantaria nº22, por decreto de 25Abr1794.

Num ofício enviado pelo Gen Forbes a Luiz Pinto Figueras, datado de 7Mai1794, é feito elogio pela participação activa no combate de Oms, aos seus ajudantes às ordens, nos quais se incluía D. Miguel P. F. , Nuno Freire de Andrade e Carlos André Harth.

A 26 de Julho de 1795, as tropas portuguesas e espanholas atacaram com gallardia as fortificações de Puy Cerdá. Bem dirigido o assalto pelos respectivos oficiais, conseguiram, ao fim de duas horas de renhidíssima refrega, estabelecer-se no recinto. A participação portuguesa neste combate é atestada pela grande número de baixas, nas quais se incluí o próprio D. Miguel . Ao efectuar o assalto á praça, Miranda Henriques deixou de comandar os seus soldados, maltratado em consequência de uma explosão de pólvora, tendo D. Miguel P. F. assumido o comando. Ferido no pescoço por uma bala de espingarda, continuou, indicando com a espada a direcção do inimigo e bradando aos soldados portugueses "*Avante! Lembremo-nos do nome português! A eles soldados! e sem quartel!*"(8-pg202).

Num ofício do Gen Forbes datado de 30.Jul1795 se refere que "*... parece que a ferida de D. Miguel não é de perigo , o que muito estimo por ser um oficial de grandes esperanças...*"(5-pg157).

Com a conquista de Puy Cerdá se conclui a primeira guerra dos governos peninsulares contra os franceses depois da revolução. As tropas portuguesas aportaram no cais de Belém a 10 e 11Dez1795, tendo D. Miguel P. F. sido promovido a Ten Coronel do Regimento de Infantaria nº18, por decreto de 17 do mesmo mês e ano (6-pg521).

Recuperado dos seus ferimentos, é promovido a Coronel por decreto de 5Jun1798, sendo agregado ao Regimento nº 19 (Cascais).

A sua acção como chefe militar é de novo destacada em 24Mai1801, durante a «guerra das laranjas» em que desempenhava as funções de Adjuntante General entre o Tejo e o Guadiana, sob o comando do Gen Forbes, Comandante das forças entre o Douro e o Guadiana (8-pg219).

A 18 de Junho era ratificada a paz, pela qual Portugal entregava à Espanha a praça de Olivença e seu território até ao Guadiana, e se obrigava a pagar à França 20 milhões de libras, pesado fardo para uma guerra tão curta.

A 1Dez1801 foi nomeado Secretário do Conselho Militar, constituído por nove Generais portugueses e estrangeiros, dos mais competentes em todas as armas, pelo Ministro da Guerra e dos Estrangeiros D. João de Almeida de Melo e Castro, que presidia ao mesmo. Foi nestas funções que começaram a ser notadas as suas capacidades em termos de organização e a sua grande capacidade de trabalho, o que o levaria, mais tarde, a desempenhar por mérito próprio, os mais altos cargos da Nação.

Desempenhava também as funções de Quartel Mestre General às ordens do Gen Forbes, tendo sido nomeado Governador e Capitão-General do Pará apesar de não ter chegado a exercer estas últimas funções.

Foi nomeado Inspector Geral das Melícias por decreto de 9Dez1806, e promovido a Brigadeiro por decreto de 24Jun1807.

Com as invasões francesas, a família Real embarcou para o Brasil, antes da ocupação de Lisboa pelas tropas de Junot. D. João VI, antes da partida, recomendou que não se hostilizassem os franceses, que em toda a parte os acolhessem com cordialidade e nomeou uma regência para governar em seu nome, enquanto durasse a sua ausência. Compunham este alto corpo governativo o Marquês de Abrantes, os Ten Gen Francisco da Cunha e Menezes e D. Francisco Xavier de Noronha, o Principal Castro e Pedro de Melo Breyner, tendo como suplente o Conde de Castro

Marim , como secretário o Conde de Sampaio e como vice-secretário D. Miguel P. F.(1-pg68)

Um manifesto de Junot datado de 1Fev1808 declara que a Casa de Bragança deixa de reinar, sendo a regência nomeada pelo príncipe D. João dissolvida e substituída por um conselho militar, de que era presidente o General Junot, assistido por 4 secretários, todos franceses, respectivamente incumbidos da administração dos negócios do Interior, da Fazenda, da Guerra e da Marinha. Na altura havia no país 29000 soldados franceses e 20000 espanhóis.(1-pg72)

Indiscutível patriota e sempre incorruptível, D. Miguel P. F. resiste aos franceses e sob o comando do General Bernardim Freire conseguiu ainda assim reunir no Porto (onde foi Chefe de Estado-Maior do Exército do Norte) um corpo duns 5000 homens, mal vestidos, pouco feitos à disciplina, a maior parte deles armados de paus, mas que conservavam apesar de tudo, uns restos das suas qualidades militares e dos quais foi possível fazer ainda sofríveis soldados(1-pg132). Foi assim um dos "cérebros" na organização da resistência militar contra os franceses.

No dia 18Set o General Dalrymple anunciou ao país a restauração da antiga regência, mais tarde confirmada do Brasil pelo príncipe (6.Jul1809), com eliminação de 3 nomes : o Marquês de Abrantes preso em França; o Principal Castro e o Pedro de Melo Breyner, estes dois últimos por terem aceite cargos dos franceses.

Uma vez instalado o governo procedeu à eleição dos membros que lhe faltavam, ficando assim constituído: D. António José de Castro, Bispo do Porto; Marquês das Minas, D. João de Sousa Lencastre e Noronha; Ten Gen Conde de Castro Marim, D. Francisco Xavier de Noronha; Ten Gen Francisco da Cunha e Menezes; Brigadeiro D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, que se incumbiu das pastas dos Negócios da Marinha, Guerra e Estrangeiros; João António Salter de Mendonça, com as pastas do Reino e da Justiça(3-pg168).

O enérgico D. Miguel Forjaz, que tomou conta dos assuntos da Guerra foi verdadeiramente o organizador da vitória,

tendo prestado ao país no período das invasões, os mais altos serviços. Por sucessivos decretos improvisou um exército de linha: criou de novo seis Batalhões de Caçadores de 628 praças cada (decreto de 14Out1808), com cinco Companhias sendo uma de atiradores; elevou os 24 Regimentos de Infantaria ao efectivo de 1550 homens cada um, com dois Batalhões tendo cada Batalhão uma Companhia de Granadeiros e 4 de Fuzileiros; os 12 Regimentos de Cavalaria foram elevados a 594 homens, com 4 Esquadrões de 2 Companhias; fez fortificar as desmanteladas praças; reconstituiu os Regimentos de Melícias e Ordenanças do Reino (total de 48, por alvará de 20Dez e com 1101 homens cada); decretou finalmente em Outubro o Armamento Geral da Nação, onde se podia lêr "*que toda a nação portuguesa se arme pelo modo que a cada um fôr possível; que todos os homens, sem excepção de pessoa ou classe, tenham uma espingarda, ou pique com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprido e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem; que todas as cidades, vilas e povoações consideráveis se fortifiquem...*". E terminava o decreto impondo fortes penas aos que não cumprissem estas determinações.

Por determinação da Regência foram ainda criados em Lisboa, dois corpos destinados especialmente á guarnição e policia da cidade, denominados ambos Voluntários Reais do Comércio da Cidade de Lisboa, sendo um de Cavalaria e outro de Infantaria.

Novo decreto de 23Dez mandava organizar dezasseis Legiões, a cujos serviços eram chamados todos os cidadãos dos 16 aos 60 anos, que não estivessem nos corpos de linha ou Melícias. Cada Chefe de Legião dividiria o seu distrito em 3 Batalhões e cada Batalhão em 10 Companhias; prescrevia a instrução militar, a selecção dos mais aptos para formarem os corpos de atiradores, a escolha, em cada Batalhão, de uma Companhia para serviço de artilharia. Era assinado este decreto por D. Miguel Pereira Forjaz, a 4Jan1809, promovido a Marechal de Campo e a quem

continuavam confiados os negócios da Guerra e da Marinha.(8-pg229 a 232)

D. Miguel P. F. vai assim, pela capacidade de trabalho demonstrada, aumentando a sua influência nos jogos do poder, sem necessidade de utilizar artificios ou procurar "ambientes" ou intrigas. Trabalhador infatigável, deve-se-lhe em boa parte, a organização do Exército Lusitano que fez as campanhas Peninsulares ao lado dos ingleses.

Em Março de 1810 recebia Wellington uma memória sobre a necessidade da defesa de Lisboa pelo Sul do Tejo, redigida pelo secretário da regência D. Miguel Pereira Forjaz, cujo principal objectivo era elevar as forças da defesa a 90.000 homens para se poder defender a capital não só pelo Norte-Linhas de Torres Vedras-como pelo Sul, prevendo uma incursão pelo Alentejo, para o que sugeria a organização defensiva da península de Setúbal. Wellington concordou, de um modo geral, com as opiniões criteriosas de Forjaz, que tinha em grande conta, mas alegando a impossibilidade da Inglaterra sustentar mais tropas em Portugal propunha-se modificar o seu Plano de Defesa de modo a exigir menores efectivos(8-pg254).

Perante a terceira invasão, comandada pelo General Massena em 1810, Wellington considerou como um dos meios acessórios mais eficazes da defesa, a destruição de tudo quanto pudesse ser útil ao invasor, e nesse sentido foram emitidas ordens aos habitantes de todo o país, sob pena de serem considerados traidores (proclamação de 4AGO), de modo que em toda a parte por onde o inimigo passasse encontrasse o deserto e a fome. Essas ordens, que aliás confirmavam sugestões já feitas por D. Miguel Pereira Forjaz e Salter de Mendonça na Gazeta de Lisboa (30de.Julho) não foram porém inteiramente cumpridas(8-pg256).

As forças Anglo-Lusas tentaram deter o avanço de Massena na Batalha do Buçaco mas apesar de derrotados, os franceses, no seu avanço para a capital, só haveriam de esbarrar nas linhas de Torres Vedras, sistema de fortificações ao qual não era estranho o apoio dado pelo

governo na pessoa de D. Miguel Forjaz (8-pg254). Sem forças para ultrapassar o obstáculo, Massena retirou em Abril de 1811, perseguido pelo exército aliado, mas deixando para trás um país em ruínas.

Na sua memória sobre a fortificação de Lisboa , já o Marquês de Sá da Bandeira refere que *"...o Marechal Beresford recebeu todo o auxílio possível de D. Miguel, oficial general muito laborioso, que exercia as funções de secretário dos negócios da Guerra do governo do reino, havendo em ambos todo o empenho em que os novos Regimentos fossem postos em estado de entrar em campanha, no mais curto espaço de tempo possível"* (4-VolVIIIpg586).

Por decreto de 5Fev1812 D. Miguel P. F. foi promovido a Tenente General pela eficácia e incansável zelo que pôs ao serviço do Reino.

A 15Jun1812 volta às funções de secretário do governo, encarregado das pastas dos Negócios Estrangeiros, Guerra e Marinha, cargo em que se manteve até 15Set1820, com pequenas interrupções e alterações, derivadas a reestruturações governamentais ou problemas de saúde (poucos, tal a sua saúde de ferro!).

No período de 1813/14 como Secretário da Guerra, teve de reduzir as despesas publicas com manifesto desagrado dos ingleses, cujas exigências em matéria de fôro militar ultrapassavam as possibilidades do país.

A maior parte dos autores apresenta-o como patriota e conservador, mas inimigo da preponderância inglesa, facto justificado pelos diversos conflitos que teve com Beresford. Foi, no entanto, um dos seus melhores colaboradores na reorganização das Forças Armadas Portuguesas, em que desenvolveu prodigiosa actividade e publicou acertadas medidas.

Numa altura em se multiplicavam as sociedades secretas e em que a Espanha, protestando contra a invasão portuguesa do seu território espanhol na América do Sul, pensava invadir Portugal, o seu nome ficou também ligado à repressão da conspiração de 1817, em que participou o seu primo-irmão Gomes Freire de Andrade (Grão Mestre da

Maçonaria...). As opiniões a este respeito divergem entre os vários historiadores, desde a mais acusadora liderada por Raul Brandão, até à de José Maria Latino Coelho e especialmente a de António Sardinha(10), que põem em causa a pessoa de Gomes Freire, não poupando elogios a D. Miguel P. Forjaz. De qualquer modo não restam dúvidas de que D. Miguel P. F. procedeu sempre em conformidade com o seu amor à Pátria, nunca se afastando dessa linha de pensamento e de acção.

"Metódico, sereno, homem de gabinete, gosta do mundo pelo mundo, oficial muito laborioso, muito inteligente, a quem o próprio Wellesley elogiou como organizador, o Rei é ele, figura prudente e sumida, reservado e calado, capaz de um trabalho de ferro, aguenta quase sozinho os negócios do estado, numa época tumultuosa e perigosa, persistente e metódico", são alguns dos elogios feitos pelo próprio Raul Brandão, tão crítico de D. Miguel P. F., especialmente no que concerne à conspiração de 1817(2-291).

Com a revolução de 1820, D. Miguel P. F. afastou-se de todos os cargos, tendo-se colocado numa situação marginal irreductível perante a contenda ideológica que dividia a Nação, isolamento que não obsteu a que fosse nomeado "Par do Reino", aquando da outorga da Carta Constitucional em 1826.

O título de "9º Conde da Feira" foi-lhe concedido por decreto de D. João VI, datado de 13Mai1820, mercê conferida a mero título honorífico mas que vinha dar satisfação, embora apenas moralmente, às ambições da sua família.

Não deixou descendentes, apesar de se ter casado (e enviuvado!) por duas vezes.

As inúmeras cartas que escreveu e a que tivemos acesso (AHM), demonstram um homem permanentemente preocupado com o seu semelhante, procurando resolver todo o tipo de problemas (do soldado, à viuva do general), sem ironia nem demonstração do poder que efectivamente detinha.

Dos seus prêmios, condecorações e ordens militares destacam-se: Senhorio honorífico de Freiriz Penegate; Penção nas Comendas Vagas; Sobrevivência da Comenda do Rabal da Ordem de Cristo por serviços do Rossilhão; Comenda de M^o de Belmonte da Ordem de S. Tiago; Grão Cruz na mesma ordem por carta Régia de 13 de Maio de 1812; Medalha de honra, dos que acompanharam S. Majestade em Vila Franca em Maio de 1823 e Comendador honorário da Torre e Espada por decreto de 26 de Out1823. Foi ainda nomeado Conselheiro do Conselho de Guerra, nos seguintes termos elogiosos: "*...tendo consideração ao distinto serviço, merecimento e mais qualidades que recomendarão no Minho Real presença Conde da Feira, Ten Gen dos meus Exércitos sou servido a nomeá-lo Conselheiro do Conselho de guerra(Palácio da bemposta em 24 de junho de 1825)*".

Faleceu no dia 6NOV1827 e foi a sepultar pelas 7 horas da tarde na Igreja da Madre de Deus em Lisboa(AHM-CX 424).

Da sua vida e obra nunca os portugueses se poderão esquecer, a bem de PORTUGAL.

6. CONCLUSÕES

D. Miguel Pereira Forjaz, é indiscutivelmente uma figura simbólica e expressiva da nossa história, tendo o condão de se ter salientado numa época conturbada, tanto como militar como homem de estado.

Como militar, desde que assentou praça aos 16 anos, até ter atingido o posto de Tenente-General, múltiplas foram as suas acções em prol da Nação, destacando-se a sua coragem em acções de combate no Rossilhão, o sentido de patriotismo e a capacidade de chefia com ponderação e organização.

Estas últimas qualidades haviam de o catapultar para os mais altos cargos, tendo feito parte do Conselho de Regência aquando da partida da família real para o Brasil.

Durante as invasões francesas, nunca pactuou com o inimigo, tornando-se por mérito próprio no "cérebro" da organização do novo exército que, juntamente com os ingleses veio a afastar os invasores.

Esteve cerca de 12 anos ao serviço da Nação, em funções de Secretário e Ministro da Guerra, da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, altura em que prestou ao país os mais altos serviços, elogiados mesmo pelos seus inimigos, que salientavam entre as suas qualidades as seguintes : trabalhador incansável na reconstrução do exército e do país; grande inteligência; patriota incorruptível; grande coragem moral; elevada capacidade organizativa.

A consideração que por ele tinha o Rei e todos os que com ele trabalharam, fez com que após o seu afastamento da vida publica (revolução de 1820), onde soube sempre estar ao lado da razão, sem os extremismos característicos da época, fosse nomeado "Par do Reino", "9º Conde da Feira" e "Conselheiro do Conselho de Guerra".

Como homem era sereno, e reservado (o facto de ter enviuvado por duas vezes, sem deixar descendentes, marcou eventualmente a sua vida pessoal), afastando-se frequentemente dos ambientes sociais e das intrigas

características da época, pois o trabalho e a Pátria eram o seu Baluarte.

Militar distinto e homem de estado exemplar é D. Miguel Pereira Forjaz uma ilustre figura da nossa história, sendo, pelos elevados serviços prestados ao país , numa altura em que estava permanentemente em causa a independência e integridade de Portugal, um exemplo digno de ser seguido por todos vós, no caminho difícil que agora começeis a percorrer.

7.BIBLIOGRAFIA

- 1.Botelho, José Justino Teixeira, História Popular da Guerra da Península, Porto, 1915;
- 2.Brandão, Raul, A Conspiração de 1817, Porto, 1914;
- 3.Chaby, Claudio de, Excerptos Históricos e Colecção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801 e do Rossillon e da Catalunha;
- 4.Chagas, Manuel Pinheiro, História de Portugal, Vol VII e VIII, Lisboa, 1902;
- 5.Costa, A. Neves da, A Traição de Gomes Freire, Vol II 1935;
- 6.Coelho, José Maria Latino, História Militar e Política de Portugal, Lisboa, 1891;
- 7.Marques, Fernando Pereira, O Exército e a Sociedade em Portugal, A regra do jogo, Biblioteca de história, 1981, Lisboa;
- 8.Martins, General Ferreira, História do Exército Português, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945;
- 9.Pinto, Augusto Cardoso, A Propósito do Ex-libris de D. Miguel Pereira Forjaz, Vila do Conde, 1959;
- 10.Sardinha, António, Gomes Freire (revisão dum processo), in Ao Princípio era o verbo, Lisboa, Edições Gama, 1940;
- 11.Selvagem, Capitão Carlos, Portugal Militar, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931;

12.Serrão, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, Vol VI e VII, Editorial Verbo, 1982;

13.Serrão, Joel, Dicionário de História de Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol III, pp57-58;

14.Souza, Dr Salazar de, «Sobre a Genealogia de Gomes Freire de Andrade» in Atlantida-Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil, Nº24, 15OUT1917, pg 995 a 1023;

15.Um Português Amigo da Justiça e da Liberdade(Joaquim Ferreira de Freitas?), Memória sobre a conspiração de 1817;

16.Vaz, Ferreira, Condes da Feira-Antecessores, Aveiro, 1953;

17.Zúquete, Afonso E. Martins, Nobreza de Portugal e do Brasil, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1989, Vol II, pp585-586;

18.Documentos diversos do Arquivo Histórico Militar (AHM), em especial da sua 1ª Divisão/16ª secção.

19.Do livro de registo de nascimento, fundo paroquial de Arozeiro, cota 3.12.4.4., nº 3, Fl 160v de 1769.



Figura 2
Ex-Libris de D. Miguel Pereira Forjaz in separata do nº11
do "Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris"(15)